



Parecer sobre o Projecto de recuperação e valorização da Sé Patriarcal de Lisboa

Lisboa, 21 de Outubro de 2020

Introdução

O presente parecer refere-se ao projecto de recuperação e valorização da Sé Patriarcal de Lisboa, classificada Monumento Nacional, elaborado para a reunião da Secção do Património Arquitectónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura (SPAA-CNC) de 21-10-2020. Tem por base duas visitas à obra, a consulta parcial dos projectos de Arquitectura e de Estabilidade, informações orais do Dono de Obra (Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa / DGPC – Ministério da Cultura) e consulta de bibliografia.

As escavações no claustro da Sé de Lisboa iniciaram em 1992, estando a descoberto estruturas romanas e islâmicas desde 2001 (Amaro, 2001) (fig. 1). Em 2012 foi assinado um protocolo entre a Direcção Geral do Património e Cultura (DGPC), o Cabido da Sé Metropolitana Patriarcal de Lisboa e a Câmara Municipal de Lisboa (CML), para valorização da Sé, restauro e conservação do claustro inferior e das capelas (Figueiredo, 2008). O projecto de 2012-2016 prevê a musealização das ruínas, reposição do pavimento do claustro/cobertura das ruínas, e um espaço interpretativo e museológico enterrado na ala sul do claustro (Dias, 2012). Desde 2018 decorrem as obras, agora interrompidas devido à descoberta de novas estruturas islâmicas, de valor arqueológico irrefutável (fig. 2-3). Prevê-se por isso a alteração ao projecto de Arquitectura, questão prioritária.

Questões históricas, construtivas e estruturais

Lisboa é uma cidade milenar, num sítio por onde passaram, ao longo do tempo, diversas comunidades humanas, que se foram sucessivamente instalando nos locais mais favoráveis, neles deixando os vestígios da sua presença e, em particular, das suas construções.

Um desses lugares privilegiados é a encosta voltada a sul, onde hoje se encontra a Sé Catedral e o claustro medieval adjacente. Na área do claustro o projeto de musealização prevê várias novas construções, em grande parte enterradas, para cuja execução se optou pelo cimento, pelo betão armado e pelo aço perfilado. Tais materiais são, sem dúvida, muito úteis em construção nova. Mas quando se trata de intervir no Património, há muito que esses materiais, sobretudo o cimento e o betão armado, se revelaram desadequados. O primeiro, porque tem uma química que não reage nada bem com as construções antigas e os seus materiais; o segundo, desde logo por incorporar o primeiro, mas também por incluir armaduras suscetíveis de corrosão, ser muito pesado, e, uma vez solidificado, ser extremamente difícil de remover. Paralelamente, as grandes vigas de aço perfilado geram nos seus pontos de apoio tensões incompatíveis com as antigas estruturas de pedra e cal.

É certo que a Carta de Atenas de 1931 aprova o uso dos materiais modernos, em particular do betão armado, nas intervenções no Património. Mas desde 1964, quando foi publicada a Carta de Veneza, que aquele aval é entendido como uma anomalia na história da salvaguarda do Património.

As escavações entretanto realizadas para executar o projectado puseram a descoberto estruturas islâmicas relevantes, parte das quais se tornou necessário demolir. Paralelamente, para suportar as novas construções, a que, devido às escavações se juntou a necessidade de suspender um conjunto de pesadas estruturas pré-existentes, houve que prever a execução de dezenas de estacas tubulares de aço e cimento que, embora de pequeno diâmetro, perfuraram não só as ditas construções islâmicas, mas também os estratos de valor arqueológico subjacentes, com a agravante da presumível contaminação e fratura de tais estratos pela calda de cimento injetada a elevada pressão, como é habitual neste tipo de fundação indireta.

A opção por um conjunto de novas construções, grande parte das quais num subsolo com potencial relevância arqueológica, conjugada, no que respeita aos materiais, com a opção pelo betão armado, deram origem a uma intervenção demasiado pesada e intrusiva, incompatível com a vetustez, a fragilidade e, sobretudo, o valor patrimonial em presença no claustro da Sé de Lisboa. Presumivelmente, a solução encontrada é, além disso, desnecessariamente cara.

Questões arqueológicas e arquitectónicas

O projecto de Arquitectura compreende as seguintes intervenções:

- Piso 0 e acessos (fig.5-6): Demolição da escada do século 18, reconstruída por António de Couto no início do século 20 (Custódio, 2011) no ângulo sul/poente do claustro, para construção de uma nova escada entre o piso superior e o piso -2; Demolição parcial do muro sul, para instalação de elevador entre os pisos 0 e -2; Desmonte de muro em arcaria (contemporâneo à escada, interpretação de António de Couto, fig. 4) e demolição do pavimento da ala sul, para escavação e construção enterrada; Reposição de pavimento e reconstrução do muro. Segundo o projectista “o corpo de escadas e o elevador constituem o sistema de acessos e o gesto visível da intervenção”, a escada com planta em forma de elipse substitui as de caracol “que já não servem para a nova transformação” e será revestida a “azulejo espelhado” (Dias, 2018).

- Piso -1 (fig. 7): Espaço museológico para 4 expositores, instalações sanitárias e zona de apoio;

- Piso -2 (fig. 8): Demolição parcial do muro sul para abertura de vão de porta, de acesso à rua das Cruzes da Sé; Espaço de entrada e de percurso, e espaço técnico para o AVAC.

Prevê-se uma segunda fase de trabalhos. A recepção será localizada noutra edifício da rua das Cruzes da Sé, desactivando-se a actual bilheteira na entrada da Sé. As instalações sanitárias do claustro serão desactivadas para instalação de um elevador entre o piso 0 e o piso superior do claustro. O piso superior irá albergar o arquivo musical, o arquivo histórico e uma exposição de paramentaria. Este piso tem acesso directo a partir da rua Augusto Rosa (fig. 11 e 12).

Considerando os princípios da Conservação do Património Cultural – de intervenção mínima, reversibilidade e compatibilidade com o edifício histórico - questiona-se em particular:

- i) a construção enterrada num sítio arqueológico, obstruindo a observação das estruturas (veja-se a cota da laje do piso -1, fig. 9-10;
- ii) a demolição parcial de estruturas contemporâneas, alterando a história da construção (escada e muro do claustro);
- iii) a demolição de alvenaria para instalação de elevador, fragilizando a estrutura;
- iv) a instalação de 2 elevadores, em vez de 1 único entre todos os pisos;
- v) a desactivação de instalações sanitárias no piso 0, podendo servir a visitantes;
- vi) a construção do corpo de escada com revestimento espelhado, dissonante no claustro;



Recomendações

Considerando (**demolições e reconstruções**):

- A Carta de Veneza: “O restauro deverá ser sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento” (artº 9º); “devem ser respeitados os contributos válidos das diferentes fases de construção”, não se justificando a remoção de partes (artº 11º); “O valor histórico, arqueológico ou estético dos referidos elementos e a decisão sobre as eventuais remoções a efectuar não podem depender unicamente da opinião do responsável pelo restauro” (artº 11º);

- A Lei de Bases do Património Cultural 107/2001, de 8 de setembro: “A aplicação de medidas cautelares previstas na lei não depende de prévia classificação ou inventariação de um bem cultural” (artº 16.º, n.º 3); Os bens imóveis classificados não devem ser demolidos parcialmente (artº 49º alíneas 1 e 2), sendo nulos os actos administrativos que infringem este disposto (alínea 5).

Considerando (**novas construções**):

- A Carta de Veneza: “Deve ser assegurada a valorização e apresentação das ruínas e tomadas as medidas necessárias tendo em vista a conservação e a protecção permanente dos elementos arquitectónicos e outros objectos postos a descoberto. Para além disso, devem tomar-se todas as medidas no sentido de facilitar a compreensão do monumento sem nunca desvirtuar o seu significado (artº 15º)” ;

- O PDM de Lisboa, artº. 27.º - “As intervenções em imóveis da Carta Municipal do Património; a) devem respeitar as características arquitectónicas, incluindo a morfologia, a volumetria, a altura das fachadas, o cromatismo e os revestimentos;

Recomenda-se:

- 1) A conclusão das escavações e do estudo arqueológico e histórico das estruturas islâmicas e do claustro, previamente à elaboração dos projectos de Arquitectura e Especialidades. Importa interpretar as ruínas bem como a autenticidade da ala sul do claustro.
- 2) A elaboração de um projecto de Arquitectura integrado, considerando o programa global previsto pelo Cabido da Sé, para o conjunto patrimonial (Sé e claustro). Uma abordagem holística evitará demolições e construções novas, aproveitando os espaços construídos, existentes no piso 0 e no piso superior do claustro, e sua reabilitação para instalações sanitárias, espaços de apoio e zona técnica, com recurso a custos reduzidos. Os suportes expositivos previstos no piso -1 (apenas quatro) poderão ser realocados no espaço museológico das ruínas. Este espaço sómente carece de passadiços para um percurso expositivo adequado à observação e interpretação das ruínas (em função da localização das ruínas e da nova estrutura a considerar no projecto de estabilidade). As novas construções devem ser reversíveis e compatíveis com o edifício histórico.
- 3) A revisão do projeto, após conclusão dos trabalhos arqueológicos, deverá ser realizada por uma equipa que integre os vários especialistas do património (arquitecto, engenheiro civil, arqueólogo, museólogo, conservador-restaurador, designer) que elaborarão o programa museológico e o projeto de conservação das estruturas arqueológicas, organizando a informação pertinente para a concepção/definição da "história " a contar, do sentido e percurso da visita, guião da "exposição", incluindo a definição/seleção dos elementos arque/arquitetónicos e dos bens móveis a expor.

Referências bibliográficas

Amaro, C. (2001) - *Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa – três contextos com cerâmica islâmica. Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, IPPAR/ Junta de Extremadura, Lisboa, p. 165-197.

Dias, A. (2018) - *Sé Patriarcal de Lisboa, instalação do núcleo arqueológico e recuperação dos claustros superiores e inferiores*, in ArqA, pp 78-83.

Figueiredo, P. (2008) - SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, disponível em: https://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2196

Custódio, J. (2011) - *Renascença artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal durante a República*, Caleidoscópico, Lisboa. vol. I, pp. 536-565.

Anexo: sete páginas com figuras

Parecer elaborado por

Soraya Genin (Arquiteta)

Vítor Cóis (Engenheiro Civil)

Rafael Alfenim (Arqueólogo)



Soraya Genin

Presidente do ICOMOS-Portugal